



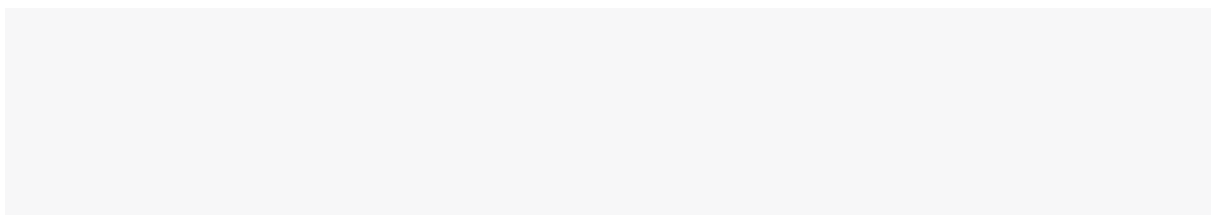
Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Suzana Mara Ulhoa Guedes

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DE SURDOS NO BRASIL

Brasília, 2023



RESUMO

As políticas públicas trouxeram muitos avanços na qualidade de vida e de ensino das pessoas surdas no sentido da inclusão na sociedade. Esta pesquisa apresenta um panorama das políticas públicas dos surdos, principalmente da arena da educação no Brasil. Um marco que forneceu bases para a evolução das políticas públicas foi o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira LIBRA como língua oficial, isso facilitou a comunicação e contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino dos surdos. Foram realizadas entrevistas com professores que lecionam na Universidade de Brasília - UnB.

PALAVRAS CHAVE - surdos; políticas públicas; inclusão; Libras

ABSTRACT

Public policies have brought many advances in the quality of life and education of deaf people, including them in society. This research will provide an overview of public policies for the deaf, mainly in the education arena in Brazil. A milestone that provided the basis for the evolution of public policies was the recognition of the Brazilian Sign Language LIBRA as an official language, which facilitated communication and contributed to improving the quality of teaching for the deaf. Interviews were conducted with professors who teach at the University of Brasília (UnB).

KEYWORDS - deaf people; public policies; inclusion; Libras

INTRODUÇÃO

Até hoje os surdos são excluídos da sociedade, mas não é o mesmo que era antes, quando isolavam, escondiam e tentavam matar os diferentes. Neste artigo entenderemos um pouco mais sobre inclusão e sobre o que e porque é necessário.

Vivemos em um mundo em que culturas se entrelaçam,. Existe um mundo plural, onde a maioria se comunica em outra língua. Nesse sentido, a falta de conhecimento sobre LIBRAS pode levar ao grupo, a uma espécie de isolamento social. A exclusão não se deu somente pela diferença das línguas, os surdos sempre foram enxergados como inferiores ou incapazes.

Destaco aqui a importância do conhecimento sobre a língua para o processo de inclusão e comunicação. [...] A influência da surdez sobre o indivíduo mostra características bastante

particulares desde seu desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social. Neste aspecto, destaca-se a linguagem como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, personalidade e integração social do surdo. (FERNANDES, 2000, p. 49.)

A falta de oportunidades de emprego e educação também pode contribuir para a exclusão social de pessoas surdas. É importante lembrar que a alfabetização e a profissionalização são resultados da educação e são capazes de mudar uma realidade de mundo para um caminho com mais igualdade e possibilidades.

No que se refere à educação, pessoas surdas enfrentam muitas barreiras para acessar o ensino formal. Muitas escolas não possuem recursos adequados para incluir alunos surdos, o que dificulta o aprendizado e a interação social. Além disso, a falta de professores capacitados para ensinar LIBRAS e adaptar o conteúdo para as necessidades dos alunos surdos também é um problema recorrente.

É necessário que a escola se ajuste e se adapte para responder às necessidades de cada indivíduo. O atual ensino das disciplinas é feito com lacunas e é necessário pensar como aperfeiçoá-lo.

Por exemplo, no município de Quirinópolis (GO), em todas as turmas em que há alunos surdos, existe a disciplina LIBRAS básico para todos os alunos da série. A escola busca uma maior inclusão, interação e comunicação com os colegas (SANTOS, 2019) Geralmente os alunos não têm conhecimento sobre a língua brasileira de sinais e possuem uma comunicação falha com o mundo exterior devido às diferenças de culturas linguísticas. A disciplina busca trazer uma maior acessibilidade no ensino já que a escola tem profissionais equipados e aptos para lecionar surdos.

A falta de acessibilidade também é um problema comum enfrentado por pessoas surdas. Muitos locais públicos não possuem recursos adequados para inclusão de pessoas com deficiência auditiva, como legendas em vídeos e intérpretes de LIBRAS em eventos. Existe a necessidade de recursos e profissionais capacitados para atender às necessidade dos alunos. A falta de acessibilidade dificulta a participação de pessoas surdas na vida cultural, social e política.

Quando se diz sobre recursos e participação do surdo se tem o Art. 28. do Estatuto de Pessoa com Deficiência:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

Pessoas surdas enfrentam diversas dificuldades no dia a dia, principalmente no que se refere à comunicação e inclusão social. Para garantir a inclusão de pessoas surdas, é necessário investir em educação, acessibilidade e capacitação de profissionais para trabalhar com essa população. É fundamental que a sociedade como um todo esteja comprometida em garantir os direitos e a inclusão de pessoas surdas, respeitando suas especificidades e necessidades.

A surdez é uma condição de milhões de pessoas em todo o mundo e tem o potencial de afetar significativamente a vida dessas pessoas. A surdez é uma condição que afeta a audição e pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida.

Ao longo do tempo, várias abordagens de ensino foram apresentadas para os alunos surdos, desde a oralização forçada até a valorização da língua de sinais como meio de comunicação e aprendizagem. Ainda existem muitos obstáculos no campo educacional que devem ser superados antes que seja possível garantir a inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência.

A comunicação é uma das principais barreiras enfrentadas por pessoas surdas. A falta de habilidade para ouvir ou falar dificulta a compreensão de informações e conseqüentemente afeta na interação com outras pessoas. A segunda língua oficial, a principal língua usada pelos surdos, é a língua de sinais brasileira (Libras) .

O objetivo deste trabalho traz uma discussão sobre as políticas públicas referentes à área de educação de alunos surdos, buscando a inclusão social, especialmente no contexto da Universidade de Brasília.

A pesquisadora deste trabalho é aluna da Universidade de Brasília, ou seja, vivencia a realidade e tem acesso aos professores surdos para entender quais são os direitos dos surdos, as lacunas da legislação e o nível da inclusão da Universidade Federal.

A pesquisa de caráter especialmente qualitativo, foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas¹ com dois professores surdos, buscando a partir dessas entrevistas entender os limites, superações e a realidade das políticas públicas dentro da Universidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é resultado de inquietações e da busca por autoconhecimento sobre meus direitos e de todos os deficientes auditivos em busca da equidade educacional e melhores condições profissionais para os que possuem uma deficiência no aprendizado.

É relevante ressaltar que a pesquisadora é unilateralmente surda e é membro da comunidade surda e esgotou seus esforços para tentar pegar libras antes de se formar na Universidade, mas não conseguiu por se tratar de uma turma muito concorrida. Existem pessoas com interesse, mas não há funcionários suficientes para abrir novas turmas de LIBRAS básico.

O artigo faz uma pesquisa documental, com a utilização de leis e decretos, e pesquisa bibliográfica, baseadas nas políticas públicas de educação desenvolvidas ao longo do tempo; ainda como entrevistas. O panorama das políticas públicas contribui para o entendimento dos direitos dos surdos; e as entrevistas apresentam de alguma forma, a realidade da educação inclusiva no Distrito Federal, precisamente na Universidade de Brasília.

De acordo com Yin “devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados na realização da pesquisa de estudo de caso”(2015, p. 111). As leis, portanto, são nossos documentos. A ferramenta de pesquisa é resultado da

¹ As entrevistas foram realizadas por e-mail.

observação direta e participativa por parte dos professores surdos. A perspectiva dos professores surdos sobre a realidade será transpassada pelo questionário. “As entrevistas são uma fonte essencial de evidência do estudo de caso porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou ações comportamentais” (YIN, 2015, p. 117).

Os professores surdos entrevistados possuem contato direto com os alunos diariamente e participam do sistema de ensino, ou seja, acabam presenciando diversas situações de exclusão e buscam sempre adaptar os ensinamentos e os recursos. Com a finalidade de resguardar a identidade de cada indivíduo, os nomes dos entrevistados que participaram da pesquisa foram ocultados. Seguimos os princípios éticos de privacidade. (YIN, 2015).

Este trabalho está dividido em três partes. A primeira, uma abordagem teórica sobre o sujeito surdo. A segunda faz um panorama das políticas públicas de inclusão para surdos na educação. A terceira parte refere-se aos resultados da pesquisa. A última apresenta as considerações finais.

1. SUJEITO SURDO

Os deficientes auditivos são indivíduos diferentes com diversos níveis de audição e perdas auditivas. Estas perdas são classificadas cientificamente dentro de parâmetros estabelecidos de acordo com o nível da capacidade auditiva de cada indivíduo. Existem vários níveis de surdez que crescem da perda auditiva leve até a surdez moderada. (BRASIL, 2006).

O deficiente auditivo não é considerado beneficiário da lei enquanto a doença não chega ao grau de impactar severamente a qualidade de vida. Pessoas com audição unilateral, com deficiência em apenas um lado do ouvido médio possuem limitações com a sua deficiência.

Por se tratar de um sentido que acaba afetando até sobre a percepção no espaço, se perde um pouco da dimensão espacial de uma origem fixa de som. Tornando necessário mais atenção quando se trata da direção de veículos automobilístico e surdos. Os reflexos sensoriais estão comprometidos, o que dificulta o reflexo auditivo.

Existe uma comunidade e um grupo que compartilham hábitos e experiências semelhantes e acima de tudo compartilham de sua própria língua. Os surdos possuem sua própria identidade cultural, estes são aqueles que lutam pelas causas políticas e se identificam como surdo. (SANTOS, 2019)

Existe uma falta de profissionais, e os profissionais existentes não são valorizados como deveriam, além de serem responsáveis por muitas turmas, ou seja, um pequeno grupo de profissionais é responsável por várias turmas recebendo pouco, não sendo devidamente valorizados por toda a estrutura, comprometendo o sistema de ensino.

Na época do covid todos eram obrigados a usar máscara, o que dificultou um aprendizado de maior qualidade dos deficientes auditivos. Com a máscara não existe a presença de leitura labial e o volume de uma voz em uma sala é baixo.

Apesar do fato de haver um intérprete presente em sala de aula, a altura da voz faz diferença para o deficiente auditivo. O inciso XI do art. 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência aponta para a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

Apesar da presença de um intérprete, existe um lapso de aprendizado e de comunicação entre os outros colegas, professor e o aluno surdo. São duas línguas e dois mundos distintos.

Como fica a comunicação entre as crianças que não sabem o básico de libras e de crianças que estão sendo alfabetizadas? O cidadão surdo precisa de uma comunicação efetiva, como qualquer homem é sujeito social, gosta de interagir, brincar, mas existe um impasse na relação entre eles dependendo do nível de surdez, a diferença de cultura, diferentes línguas.

LIBRAS foi reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil, mas para os surdos esta é a língua materna (SANTOS, 2019). O português acaba sendo a segunda língua dos surdos, de acordo com o artigo 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Escolas com ensino de mais de uma língua são consideradas bilíngues. Existem diversas escolas que ensinam inglês na formação inteira do indivíduo e não existe nem um semestre de libras básico no ensino. A alfabetização em português como segunda língua é crucial para a escolarização e comunicação. A sociedade vem evoluindo em relação à superação de ideologias de exclusão. Acredita-se que a educação é a principal ferramenta para acabar com preconceitos e com a desigualdade.

Os primeiros marcos importantes para a aprendizagem começaram em 1.857 com a criação de uma escola voltada somente para os surdos e mudos. A escola foi nomeada como Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. Outro marco foi a criação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em 1951. Por fim, existiu a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos em 1987 (FENEIS), uma organização social com o intuito de disseminar a cultura e a língua dos surdos.

Dentro de cada contexto existiu uma luta em busca da igualdade. O artigo 5 da constituição alega que todos possuem direitos iguais, porém não é possível fornecer direitos iguais para uma sociedade desigual. Os deficientes precisam de políticas públicas para que consigam uma maior inclusão na vida e no mercado de trabalho, quando se trata de seus direitos na arena da educação. É necessário refletir e repensar sobre as políticas para surdos feitas por ouvintes em seu respectivo contexto.

Outro desafio fundamental para o desenvolvimento é entender a necessidade da língua de sinais. É fundamental que a sociedade entenda que a língua de sinais é uma linguagem completa, complicada e com estrutura gramatical própria. O entendimento, a comunicação e o desenvolvimento de pessoas surdas fica muito mais fácil. A inclusão de pessoas com deficiência na educação é um direito.

É preciso que haja uma política pública efetiva que garanta a inclusão e a acessibilidade dos surdos na educação. É necessário questionar a própria concepção de surdez como uma deficiência que precisa ser superada. A surdez não é uma doença, mas sim uma diferença linguística e cultural. A valorização da cultura surda e da língua de sinais é fundamental para a inclusão dos alunos surdos e para a promoção da diversidade e da equidade na educação (SANTOS, 2019).

2. PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal prevê em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, logo garante o acesso universal e igualitário aos cidadãos. A gratuidade do Sistema de educação é um exemplo da política distributiva, tendo em vista que alocam bens e serviços para garantir os direitos privilegiando uma parcela da população.

A Constituição Federal de 1988 afirma que devem existir projetos para a proteção social dos deficientes. Essa norma se constitui na premissa de que existe uma desigualdade e é

necessário um meio de desenvolver as potencialidades individuais dos desiguais para procurar um meio de acesso a rendas e direitos.

A política pública é, portanto, uma ferramenta de mudança de cenário político. Existiam ideologias de exclusão aos surdos que afetaram o cenário atual da época. Diversas regiões em diferentes épocas acreditavam que ser surdo era algo estranho, talvez que tivessem passado até por uma feitiçaria, o fato é que era diferente e, portanto, sempre foi olhado com outros olhos, com olhos de vergonha. O surdo era excluído, isolado, escondido e até morto.

Diversos foram os destinos dos surdos mudos. Existiram pessoas que lidam de formas diferentes com a sua realidade como surdo. Houve a história de uma mulher surda muda que conseguiu transformar sua vida com a educação. As pessoas possuem diversos caminhos e marcos temporais. Existem pessoas capazes de finalizar ciclos e iniciar novas realidades com a principal ferramenta capaz de girar uma chave e mudar o destino, como a educação. A educação da oportunidade para a mudança de um mundo.

O ensino é um dos direitos e seus principais ganhos foram uma melhor inclusão na vida e no mercado de trabalho. Fomos de um mundo voltado para ideologias de exclusão para um novo com novas oportunidades, recursos e leis que buscam se encaixar e preencher qualquer lacuna ou necessidade que exista. Um importante marco que representou esse rompimento com a exclusão foi a inclusão de alunos surdos no mesmo ambiente de ensino. As escolas estariam, então, aptas para desenvolver recursos para o melhor desenvolvimento da aprendizagem do surdo, se adaptando às suas limitações. A sociedade só conseguiu se construir desta forma através das políticas públicas.

Antes mesmo da Constituição, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi elencada uma série de direitos e um deles era a garantia de acesso universal e gratuito da educação para todos. A garantia era para todos, ou seja, os deficientes também estão incluídos neste direito que representou um começo de era, agora seria só mais um passo para chegar à Educação Especial. A educação é função do Estado de acordo com a Constituição Federal de (1988), em seu capítulo III, art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já no Art. 208, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência , preferencialmente na rede regular de ensino”.

Falando de uma sociedade inclusiva com escolas conjuntas, o principal desafio encontrado para receber um aluno surdo é estabelecer uma linguagem de comunicação.

O Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei Nº 10.436/2002 obriga que o professor aprenda a língua de sinais brasileira, mas na realidade os profissionais não saem aptos para lecionar uma aula completa só em libras. Em uma época essa língua foi proibida. Existiu uma trajetória até que a língua fosse reconhecida como um meio legal de expressão. Foi uma luta implementar a libras na grade curricular dos professores.

Os professores até a quinta série são pedagogos formados com LIBRAS em sua grade horária, já quando os alunos vão para a quinta série se deparam com professores que se especializaram em outras áreas, tirando libras da grade, assim torna-se necessário a presença de um intérprete para preencher o vácuo de conhecimento sobre a língua. Segundo o Art. 23. desse Decreto, “As instituições federais devem fornecer intérpretes para os alunos, assim como recursos e tecnologias para acessibilidade”.

2.1 A educação inclusiva

O objetivo da inclusão educacional é dar a cada aluno a oportunidade de aprender e se desenvolver, independentemente de suas características pessoais únicas. É necessária a promoção de condições que garantam seu acesso, participação e aprendizado no ambiente educacional, respeitando suas especificidades linguísticas e culturais para uma efetiva inclusão.

A inclusão não se restringe somente à matrícula de alunos surdos em escolas comuns, esta não está limitada à presença física do aluno em sala de aula; ao contrário, deve assegurar sua participação ativa em todas as atividades. A política de inclusão representa a necessidade dos professores de buscarem a potencialidade do conhecimento de cada um respeitando cada diferença. Como resultado, a escola deve se comprometer a fornecer os recursos e suportes necessários para uma inclusão efetiva, tais como: intérpretes de língua de sinais, materiais

didáticos adaptados, legendas em vídeos e a formação de professores especializados. (SANTOS, 2019)

Existe um porém, as políticas públicas que já existem não são implementadas como deveriam, a população não recebe o devido suporte. Mesmo existindo uma lei que obrigue os professores a aprender libras, a maioria da classe não está pronta para lecionar para os alunos surdos. São somente 6 meses de aula, que não conseguem fazer o devido preparo, para o professor falar fluentemente LIBRAS. A escola não está pronta para lecionar sem intérpretes. A escola deve se adaptar às diferenças dos surdos, com ferramentas e suportes necessários, mas há uma restrição orçamentária. A falta de acessibilidade acaba tornando o desempenho, do aluno surdo, menor e conseqüentemente, aumentando as diferenças de oportunidades entre os ouvintes e os surdos.

Existem escolas que possuem o atendimento humanizado, possuem salas e recursos para lidar com um aluno para além de atividades em classe, para uma atividade extraclasse. Os professores dão aulas fora do período de aula, com adaptação curricular voltada para a necessidade de cada aluno. Existem professores que ficam disponíveis em vários lugares, como na biblioteca, para realizar atividades extraclasse, para que assim o conhecimento seja equalizado. Segue o trecho da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 24)

Os professores recebem orientações para um reforço positivo para pessoas com deficiência e superdotados, sendo um ensino considerando as individualidades. É necessário haver um nivelamento do conteúdo e o reconhecimento da forma de aprendizado de cada indivíduo recorrendo a recursos e tecnologia de forma que o atendimento seja individualizado. O profissional e a sociedade devem procurar se adaptar para abarcar todas individualidades. Porém, poucas escolas possuem o ensino como ele realmente deveria ser, Capovilla (2011) comenta sobre a realidade das políticas públicas do ensino, “as políticas erram ao tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas; na educação especial, ao tratar as crianças surdas como se fossem ouvintes” (CAPOVILLA, 2011, p.78) Porém, com a educação especial são tratados de acordo com suas individualidades.

As políticas públicas vêm sendo o processo de luta da minoria populacional e que também representa uma minoria política. Assim, não possuem representação no congresso. É um processo em que os homens brancos e ouvintes têm o poder sobre a criação de todas as normas e poder sobre a formulação de políticas públicas. É difícil entender a realidade do outro sem ter passado por algo semelhante.

Os surdos sabem sua história e suas necessidades. Sabem quais seriam as melhores normas, os melhores projetos, as melhores ferramentas para transformar a educação no Brasil. Falta aí um espaço político para atender às reais e diárias necessidades da população deficiente.

Existem normas sobre a educação e a inclusão dos surdos, portanto, possuem brechas em alguma fase da política pública, seja ela na fase de formulação das políticas públicas ou na implementação desta. É um processo com muitas etapas, com evolução de algumas políticas públicas que foram importantes para o processo de inclusão dos surdos. A língua de sinais é fundamental para a comunicação e a inclusão da pessoa surda. Existe a necessidade de um professor usando a libras ou de um intérprete presente na sala de aula. Alguém se comunicando em sua língua nativa ou de recursos para amenizar a perda do aprendizado. Isso tudo está garantido por lei.

A “Lei da Libras”, a Lei nº 10.436/2002 “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (art.1º).

Depois com o decreto Decreto Nº 5.626/2005, a língua foi regulamentada. O decreto permitiu, aos alunos surdos, acesso à escola regular. Além disso, os professores se especializaram e o governo os preparou incluindo Libras na grade curricular, houve a formação do professor e tradutor/intérprete de Libras. Existiu um movimento em prol da escola bilíngue, no qual trabalhavam com a matéria na língua nativa e em português. O Art. 3 desse Decreto, diz que:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei Nº 13.146/2015 que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência tem como finalidade assegurar a inclusão social e garantir a participação da vida social em igualdade de condições. A lei se originou após uma convenção, posteriormente foi editada e ratificada pelo congresso, e assim, se equiparou como uma emenda constitucional.

Em seu artigo 3º, a Lei Nº 5.016/2013 prevê

a garantia para a educação bilíngue para surdos, observadas a Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e a língua portuguesa escrita, como segunda língua, sendo estas as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica (BRASIL, 2013, Art. 3º, XIII).

3. RESULTADOS DA PESQUISA

A Inclusão ganhou força no cenário atual através de grupos de pressão historicamente segregados. Foi desenvolvida entrevistas com perguntas abertas, ou seja, não se trata de uma entrevistas estruturadas. As entrevistas foram realizadas com professores da Universidade de Brasília.

As entrevistas foram enviadas por e-mail para uma maior extração de conteúdo da entrevista tendo em vista que se trata de professores surdos cuja língua é a língua de sinais brasileira, sua comunicação é feita por LIBRAS, porém possuem uma educação bilíngue, ou seja, entendem LIBRAS e português escrito.

As perguntas, do modo em que foram feitas, proporcionaram uma maior abertura de resposta aos entrevistados, com a possibilidade de oferecer um espaço mais aberto para explicitar sua visão de mundo. As entrevistas foram feitas depois da análise das políticas públicas de inclusão, a fim de que seja possível visualizar os direitos e de alguma forma, o nível de inclusão dos estudantes surdos da UNB.

Foram realizadas entrevistas com dois professores do Instituto de Letras da Universidade de Brasília com base em 3 questões relacionadas aos objetivos deste trabalho. As questões estão apresentadas a seguir:

1. Quais foram os principais avanços em termos de inclusão e acessibilidade para pessoas surdas na educação superior nos últimos anos?

2. Quais são os principais desafios que ainda precisam ser superados para promover a inclusão de pessoas surdas no ensino superior? Como as políticas públicas podem facilitar nessa inclusão?

3. Como você avalia a formação e capacitação de professores para o ensino de LIBRAS e adaptação de conteúdo para alunos surdos?

Com relação à primeira questão, os entrevistados consideram importante o reconhecimento da LIBRAS e da cultura surda como ferramenta de inclusão. O entrevistado 2 comenta:

O principal avanço na inclusão e acessibilidade para pessoas surdas na educação superior foi a criação da Lei de Libras. Essa Lei tornou a Libras como língua oficial dos surdos, sendo a língua portuguesa subsidiária, no Brasil. Para que o aluno surdo tenha acesso ao ensino superior, tem-se como pressuposto que o mesmo tenha domínio da Libras, tenha feito o ensino fundamental e médio por meio da Libras, subsidiariamente do português. (ENTREVISTA 2, 2023)

O entrevistado 2 destaca a importância de profissionais capacitados para estabelecer a comunicação, ponte de aprendizado. A escola é obrigada a disponibilizar um intérprete para estabelecer uma ponte no conhecimento em sua língua materna. Assim, o ensino é feito com maior maximização do aprendizado.

O entrevistado 1 trouxe outro olhar sobre a importância da LIBRAS para inclusão dos alunos surdos, em relação à segregação que a diferença de línguas pode causar. O entrevistado 1, acredita que a maior oferta de disciplina LIBRAS Básico facilita a permanência de pessoas surdas na educação superior, pois aumenta o nível de inclusão.

De acordo com Zych (2008), a popularização da Libras propiciou visibilidade ao surdo, tornando-o um possível interlocutor. O entrevistado 1 comenta sobre o aumento de interesse na língua, inclusive sobre o aumento da oferta de turmas de LIBRAS Básico na Universidade. No entanto, muitas pessoas se formam sem conseguir pegar a matéria de LIBRAS de tanta concorrência.

Em relação à segunda pergunta, ambos acreditam que vivemos em uma cultura segregacionista, onde há preconceito, discriminação e exclusão com os deficientes. Os entrevistados acreditam que existe um problema na infraestrutura. O entrevistado 2 afirma que os problemas referem-se à restrição orçamentária e à falta de representação.

O entrevistado 1 e 2 acreditam que existe um problema na infraestrutura em que se organiza a redistribuição financeira para a formulação e efetivação de uma política pública. O entrevistado 1 afirma que “ A falta de investimento nessa área dificulta a participação plena dos estudantes surdos no ambiente acadêmico.”(ENTREVISTA 1, 2023)

Devido ao baixo financiamento, faltam ferramentas e recursos que facilitem a quebra da barreira de diferenças interculturais. A principal ponte de comunicação entre professor/surdo/aluno é o intérprete, porém o entrevistado 1 acredita que somente a presença deste não é o suficiente, e para a maximização do conhecimento é necessário recursos tecnológicos e ferramentas.

Mesmo com a presença de intérpretes de Libras, nem sempre todas as atividades acadêmicas são devidamente adaptadas, como materiais impressos e conteúdo online. As instituições de ensino superior ainda não possuem infraestrutura adequada para receber estudantes surdos (ENTREVISTA 1, 2023)

As políticas públicas podem facilitar essa inclusão com o incremento do orçamento público para uso na melhoria do corpo docente universitário, com aperfeiçoamento na área, congressos sobre o assunto, intercâmbio mundial, contratação de novos professores com especialização na área, etc.

Voltando ao tópico de restrição orçamentária, crítica em comum de ambos os entrevistados, o entrevistado 2 ressalta que “As políticas públicas podem facilitar essa inclusão e com o incremento do orçamento público para uso na melhoria de toda a infraestrutura”. (ENTREVISTADO 2, 2023)

Outro desafio que precisa ser superado para uma melhor inclusão é a falta de representação, como foi ressaltado pelo entrevistado 2. “As leis que tratam sobre os surdos foram feitas por ouvintes, com pouca participação dos surdos. Bom, por mais que os ouvintes estejam querendo ajudar os surdos, eles não sentem na pele o que os surdos passam, suas pretensões e necessidades.” (ENTREVISTADO 2, 2023)

Em relação à terceira questão, ambos consideram que a formação e capacitação de professores para o ensino de Libras e adaptação de conteúdo para alunos surdos são aspectos essenciais para a inclusão efetiva. O entrevistado 1 afirma que

É importante que os professores tenham conhecimentos sólidos sobre a língua de sinais e a cultura surda, além de estratégias pedagógicas

específicas para atender às necessidades dos estudantes surdos.
(ENTREVISTADO 1, 2022)

O conhecimento sobre a língua de sinais brasileira com repassos gerais sobre a cultura surda, de fato são feitos e foram incrementados na grade curricular dos cursos de licenciatura e fonoaudiologia em 2005, com o decreto 5.626/2005. Tornou-se obrigatório cursar LIBRAS para se formar e se tornar um profissional. Os professores entrevistados são surdos, portanto, conseguem repassar todo seu conhecimento em sua língua materna. O entrevistado 2 comenta que os professores surdos, obviamente dominam a Libras e seu conhecimento para o ensino e adaptação de conteúdo para os alunos surdos são indiscutíveis.(ENTREVISTADO 2, 2023)

Já para os professores ouvintes que estiveram em contato com a Língua de Sinais Brasileira durante um semestre na faculdade não estão aptos para transmitir todo o conhecimento que este tem em sua língua materna, o português. Os professores podem até saber o básico, mas não se compara com o nível de inclusão que profissionais especializados podem efetivamente proporcionar, como intérpretes. Como o entrevistado 2 adiciona comentando sobre os professores ouvintes “Por mais esforçados que sejam esses professores, o não conhecimento total da Libras, será um obstáculo para a transferência de conhecimento para os alunos surdos”.(ENTREVISTADO 2, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são resultados da indignação e vontade de um grupo de indivíduos de mudar a realidade. As políticas públicas evoluíram com o passar dos anos de acordo com o pensamento político presente na sociedade. Houve uma evolução no pensamento político, mas as coisas ainda não estão satisfatórias. As conquistas dos direitos dos surdos é recente, há anos temos uma sociedade doentia, no qual, o surdo é enxergado com outros olhos e vem sendo visto de uma forma diferente, antes era uma vergonha, um motivo para isolar, prender e matar. Vamos caminhar por uma sociedade horrível onde a maioria vai procurar julgar, no lugar de buscar entender a realidade e diferentes formas de se comunicar e incluir o diferente. Pouco se fala de bullying nas escolas. O preconceito do deficiente diferente está estigmatizado e estruturado na sociedade.

As políticas públicas inclusivas buscam permitir uma maior acessibilidade para que os deficientes tenham alfabetização, instrução e conhecimento. A política pública procura

diminuir a desigualdade presente na educação, ainda como uma maior participação e inclusão. Apesar de existirem políticas inclusivas, na realidade muitos dos direitos acabam ficando somente no papel.

A política pública de educação é considerada um pilar importante já que dela se deriva toda alfabetização, profissionalização e profissionalização para o mercado de trabalho. Uma das garantias básicas da sociedade é o acesso à educação, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Percebemos que houve um grande avanço na mentalidade, ou seja, no pensamento político atual e nas políticas públicas em busca de respeitar os direitos, a cultura e a língua dos surdos. A educação vem caminhando em uma proposta educacional bilíngue.

Existem também limitações para um sujeito surdo para além do ambiente escolar. Havendo um acompanhamento multiprofissional desde o nascimento da criança surda existe uma maior possibilidade de que esta tenha um bom sucesso profissional.

A educação Especial se trata de atendimentos especializados e voltados para superdotados e aqueles com poucos dotes, muitas dificuldades. Através do atendimento especial é possível que os níveis educacionais se igualem e que exista uma igualdade de oportunidade em entradas em universidades.

Como resultado de políticas inclusivas, os alunos surdos começaram a frequentar as mesmas escolas, onde antes havia uma segregação. Existia uma escola somente para ouvintes onde os surdos não tinham direito de estudar. A inclusão dos alunos surdos resultou na necessidade de adaptação de recursos, ferramentas e profissionais. Como comentado por ambos os entrevistados, como importante dificuldade a ser superada, destaca-se a restrição orçamentária. Com o baixo orçamento existem menos possibilidades de investir na infraestrutura, recursos, tecnologias assistivas, já que a escola é obrigada a disponibilizar todos os recursos sem tarifas adicionais nas mensalidades escolares. A escola e os professores são obrigados a se mobilizar, em busca de se adaptar às necessidades específicas de cada aluno. Caso o aluno seja surdo é interessante buscar a ponte de comunicação intercultural, os intérpretes, como um dos entrevistados aponta como importante para inclusão e acessibilidade de pessoas surdas. Além dos intérpretes e das horas extraclasse de uma

Educação Especial é interessante mais materiais escritos e materiais assistivos para maximizar a aprendizagem como o entrevistado 1 comenta.

A Lei número 12.319, de 1 de setembro de 2010 aborda sobre a necessidade de intérpretes. Os intérpretes são de extrema importância para a comunicação, integração social e assimilação do conhecimento. Devido à diferença de culturas, as línguas são diferentes e os intérpretes se tornam o único meio de integração do surdo na sociedade. Cabe ao intérprete mediar toda comunicação envolvendo três partes: os alunos, os intérpretes e os professores.

O reconhecimento da língua de sinais brasileira como língua oficial e o aprendizado sobre a escrita da língua portuguesa resulta em uma educação bilíngue caminhando para um mundo mais inclusivo. É um fato que a escola precisa se adaptar para as necessidades do aluno, mas quando um surdo aprende também o português como segunda língua ele rompe uma barreira capaz de segregar a comunicação e o conhecimento.

Foi entendido a importância e a necessidade de se ter um intérprete em sala de aula, porém não existe uma parceria entre professor e intérprete. Ia facilitar o trabalho de um intérprete, caso ele tivesse um acesso prévio ao plano de ensino. Assim, o intérprete estará mais preparado para repassar o ensino de maneira mais completa.

A Libras é a segunda língua mais falada e também se tornou a segunda língua oficial na Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) “a língua de sinais para os surdos é a possibilidade de adentrar e significar o mundo” (QUADROS, 1997, p. 38) existe uma realidade onde a cultura surda se debruça em meios a uma sociedade com uma cultura hegemônica com uma língua diferente e o surdo precisa arrumar meios de se encaixar na sociedade. Existem casos de alunos que sentem vergonha de se comunicar em libras na frente de ouvintes em um ambiente externo às classes. É necessário a valorização da cultura surda, para que o aluno surdo reconheça sua identidade cultural. O intérprete pode fazer o papel de conectar os dois mundos, mas uma alfabetização bilíngue é um passo maior para a independência.

Espera-se que as políticas públicas continuem evoluindo para promover a igualdade de oportunidades no ensino superior, garantindo a infraestrutura adequada, a formação de professores e a disponibilidade de recursos de acessibilidade. É fundamental que a inclusão de pessoas surdas seja uma prioridade na agenda governamental, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, 2002.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei Nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, 2010.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão : desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAPOVILLA, F. C. Sobre a falácia de tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas, e as surdas, como se fossem ouvintes ou deficientes auditivas: pelo reconhecimento do status linguístico especial da população escolar surda. In: SÁ, Nídia Regina L. de. *Surdos: qual escola?* Manaus: Valer, 2011.

DISTRITO FEDERAL, Câmara Legislativa do Distrito Federal. Lei nº 5.016, de 11 de janeiro de 2013 - Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos, a serem implantadas e implementadas no âmbito do Distrito Federal .

FERNANDES, E. *Língua de sinais e desenvolvimento cognitivo da criança surda*. Espaço. Rio de Janeiro: INES, 2000.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTOS, Cleibianne. *Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de Quirinópolis (GO)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2019.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert k. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZYCH, A. C. Os aportes da educação de surdos decorrentes do decreto federal nº 5626/05. *ANALECTA*, Guarapuava, Paraná, v. 9, nº 2, p. 113-125 jul./dez. 2008.